

9

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1983, de autoria do Senador Gastão Müller, que faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada, tendo

PARECER, sob nº 742, de 1985, da Comissão:  
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

10

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências, tendo

PARECER, sob nº 463, de 1985, da Comissão:  
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

11

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1985, de autoria do Senador Jorge Kalume, que permite o uso dos créditos em fundos do Decreto-lei nº 157 para amortização de prestações do Sistema Financeiro de Habitação, tendo

PARECER, sob nº 881, de 1985, da Comissão:  
— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.*)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LUIZ VIANA NA SESSÃO DE 11/3/86 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. LUIZ VIANA** — (PDS—BA. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Creto que, no momento em que o tempo nos permitir, uma maior perspectiva sobre os últimos trinta dias vividos pelo País, iremos reconhecer que eles marcaram na vida do Brasil uma esquina, a volta de uma esquina na vida política brasileira. Realmente, estes, últimos trinta dias foram de tal maneira ricos na vida política do País, que eles vão entrar na nossa História como um marco de importância singular.

Poderia começar, e vou fazê-lo de maneira ligeira, breve, uma vez que não quero soprar brasas, pela constituição ou recomposição do último Ministério, recomposição que nós vimos ter provocado algum mal-estar, e algumas amarradas, narizes torcidos, portas batidas e algumas coisas de menor relevância. Chegou-se mesmo a dizer que o Presidente José Sarney havia feito um Ministério para contemplar amigos, para premiar dedicações, senão para enfraquecer o PMDB, beneficiando a Frente Liberal. Não creio, não sou dos que se alinham nessa convicção. Mas era inevitável que isso acontecesse. É uma tradição até da nossa História, da nossa História Política que sempre, ou freqüentemente pelo menos, na constituição ou mudança de um Ministério seja atribuído aos seus autores propósitos tais ou quais que nem sempre são os verdadeiros. Isso é tão antigo, Sr. Presidente, que quando se formou o famoso "Gabinete Paraná", o gabinete da conciliação, em 1854, foi dito que havia o propósito de Dom Pedro II de aniquilar os partidos, aniquilar os seus adversários para tornar maior o seu poder de monarca. Isso foi de tal maneira que Dom Pedro II, na ocasião, escreveu a um amigo, o Visconde de Itaúna, então em passeio pela Europa e ao qual ele mandou dizer o seguinte ou disse o seguinte em carta conhecida e citada: "A impaciência de alguns leva-os a atribuir-nos o desejo de aniquilar os partidos e os seus homens mais importantes, mas como poderia eu, sem eles, dirigir o governo?"

Pois bem, Sr. Presidente, mais de 130 anos se passaram sobre esse desabafo de Dom Pedro II. Hoje acredito que não seria fora de propósito dizermos que ele poderia renascer na boca do Presidente Sarney que, por sinal se tem mostrado tão tolerante e ameno ante a decepção e ressentimentos dos que inquiriram de facciosos a composição ministerial. Não me alinho, Sr. Presidente, entre os que imputam ao Presidente um objetivo menor destinado a premiar amigos antes de considerar os altos interesses do País. Mas, a constituição do Ministério, quase que inesperadamente, ficou para trás, parece hoje página virada da História. Nós que pensávamos que com a abertura do Congresso víéssemos aqui ouvir queixas, debates, mal-houros, por causa da reforma ministerial, não ouvimos nada.

**O Sr. Murilo Badaró** — Anunciados.

**O SR. LUIZ VIANA** — Bem diz V. Ex<sup>a</sup> Tudo foi tranqüilo, anunciouse até que havia uma Bancada que iria se reunir e não sabia, havia um "suspense", se o seu Líder seria o Líder do Governo, isto é, se o seu líder aceitaría o sacrifício de ser também do Governo. Isto foi dito, publicado nos jornais e não desmentido. Pois bem, para surpresa nossa, houve a escolha do Líder e, ao contrário do que se podia imaginar, que houvesse um convite formal, uma solicitação formal, para que o Líder fosse ao Palácio e recebesse do Senhor Presidente da República o honroso cargo de Líder do Governo, não houve nada disto. O Presidente, tranqüilamente, pegou o telefone, telefonou para o Líder e lhe disse: "Nós não podemos nos separar, você será o meu Líder". E o Líder: "Pois não, não há nenhuma dúvida, serei o Líder do Governo, com a maior honra".

Este é apenas um detalhe, um pormenor, que trago para mostrar como as águas estão tranqüilas, calmas, neste momento. E, por que? Elas estão calmas por causa do conhecido pacote, o pacote financeiro que, em boa hora, mudou toda a vida econômica e financeira do Brasil. Foi, realmente, um ato sobretudo de coragem. E é quanto a este aspecto que quero chamar a atenção. Fala-se muito nos aspectos econômicos e financeiros do pacote, mas, na realidade, o que ele é, pela maneira como foi feito, pela maneira como foi lançado e pela maneira como terá que ser conduzido, ele é, sobretudo, um grande ato político. É um grande ato político do Presidente José Sarney que, como se não quisesse nada com a vida política do País naquele momento, a transformou completamente. Não direi que a pacificação, como eu desejava, mas eu acredito que para o êxito da política financeira — isso é comum, não estou dizendo nenhuma novidade — será muito importante um período de tranqüilidade, um período não diria de conciliação, mas, talvez, de compreensão, enfim, de um apelo generalizado na vida política, como temos visto que há, inequivocamente, na vida do País, nos povos, nas demonstrações populares que cercam o Presidente, que cercam, enfim, todos os atos que são o desdobramento do pacote econômico. Realmente, pensei que fosse possível, e seria muito desejável, que o País pudesse entrar numa conciliação geral, num acordo, numa pacificação para formar, unido, politicamente unido, em torno da política do Presidente da República. Infelizmente, tive uma decepção. Hoje, eu poderia fazer um apelo para que o maior número possível de Senadores, Deputados, Governadores se reunissem em torno do Presidente da República sem outro objetivo, sem outro interesse, sem outra ambição que não fosse a de apoiar e tornar realmente viável e definitivo o pacote econômico. Isso não todos já vimos que não vai acontecer. Infelizmente, ressentimentos pessoais, ambições pessoais contrariadas, decepções, mostram que há, e vai haver, aqueles que pretendem jogar no quanto pior, melhor. O que eles querem não é o êxito da política econômica, não é o êxito do Brasil, da economia brasileira, das finanças: não. O que eles querem é que haja tropeços, que haja dificuldades, e não sei se greves, protestos contra a orientação da economia brasileira. Isto, acho que é visível. Não preciso dar nomes, não preciso citar fatos, porque é do conhecimento não somente dos Srs. Senadores, mas de todo o País.

Mas, a verdade é que nós entramos num novo caminho da vida brasileira. E acredito que esse caminho está certo na sua concepção geral, uma vez que não havia ninguém, creio, que não achasse impossível continuar aquela situação em que nós encontrávamos. Natural-

mente poderia haver várias soluções — acredito — a imaginação dos economistas, dos financistas, dos políticos, é naturalmente fértil. Mas que era preciso mudar, que havia que mudar, isso acho que era inequívoco. Não havia ninguém que não pensasse assim. E, sobretudo, isso que explica que, de um momento para o outro, em poucas horas o País, ao ter conhecimento nem analisado, não precisou analisar, ninguém foi fazer cálculo, todo mundo apoiou, aplaudiu, porque sentia que nós entrávamos num novo caminho, e que era necessário deixar tudo para trás, para que o Brasil pudesse ter pelo menos a esperança, se não a certeza, de que vai realmente entrar numa vida nova.

Agora, sim, é que a República vai ser nova, porque vai ter uma vida nova. Até então ela era inteiramente igual à República velha. Agora, não. O Presidente José Sarney teve a coragem de praticar alguma coisa nova. E a Sua Excelência é que se deve.

É por tudo isto que quero dizer que este é um ato político. Naturalmente, a concepção dos economistas, as linhas gerais da política são importantes, são lúcidas, e tanto o Ministro Fumero, o Ministro Sayad, quanto seus colaboradores estão a merecer o reconhecimento, os aplausos e o apoio do País. Mas o ato é do Presidente Sarney.

**O Sr. José Lins** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA** — Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins** — Eminente Senador Luiz Viana, considero o discurso de V. Ex<sup>a</sup> da maior significação e importância, já que V. Ex<sup>a</sup> é admirado por nós todos.

**O SR. LUIZ VIANA** — Muito agradecido a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins** — V. Ex<sup>a</sup> é repositório de uma grande experiência política e conta com a admiração...

**O SR. LUIZ VIANA** — Isso é da idade.

**O Sr. José Lins** — Não é só da idade, é também da percepção, é também da inteligência e, sobretudo, do patriotismo. V. Ex<sup>a</sup> conta com a admiração não somente do seu povo da Bahia, mas do Brasil todo.

**O SR. LUIZ VIANA** — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins** — V. Ex<sup>a</sup>, ainda mais, fala em nome do seu Partido, fala pela Liderança. Essa compreensão, essa unidade de pensamento em torno de uma questão política de importância para a economia do País é de uma grandeza admirável. Todos sabemos que V. Ex<sup>a</sup> milita num partido de oposição...

**O SR. LUIZ VIANA** — Exatamente.

**O Sr. José Lins** — ...mas V. Ex<sup>a</sup> tem a coragem de vir à tribuna, com a grandeza que o caracteriza, para juntar a voz de V. Ex<sup>a</sup> a essa grande aspiração do povo brasileiro, que é de acertar. Não estamos tratando aqui de questões partidárias, nós estamos tratando de questões...

**O SR. LUIZ VIANA** — Do Brasil.

**O Sr. José Lins** — ...do Brasil, do País e do povo, ao qual nós todos obrigação de servir com dedicação e consistentemente

Quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso, que revela maturidade política de V. Ex<sup>a</sup> e de seu Partido, e sobretudo pelo toque de patriotismo com que V. Ex<sup>a</sup> põe a questão neste momento. Pode até ser que esse projeto traga no seu bojo dificuldades, mas temos obrigação, em nome da redenção econômica e social do povo brasileiro, de juntar forças para aproveitar esse halo de esperança que recita sobre todo o povo brasileiro. O Presidente Sarney merece esse apoio, que realmente interpreta a vontade do povo.

**O SR. LUIZ VIANA** — Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte com que me distingue.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Permite um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

**O SR. LUIZ VIANA** — Com muito prazer, Senador Aderbal Jurema.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Senador Luiz Viana, quando me dirigo a V. Ex<sup>a</sup> não posso separar o intelectual do

tese de que, na medida em que a inflação atingia níveis insuportáveis, provavelmente pelas proximidades de novembro, já não teríamos votos para os atuais Partidos ou os Partidos que estão registrados, gostaria de convocar a sua atenção de historiador e de político de rara envergadura, de homem experimentado, para o fenômeno que ocorreu, também, no instante em que a deflagração da decisão presidencial despertou no povo uma tal mobilização que, de certa maneira, superou todos os Partidos existentes. Os Partidos ficaram à margem desse processo. De forma que esta é uma advertência, um aviso, que as lideranças políticas da Casa devem absorver rapidamente, no sentido de encontrarem rumos definitivos para a organização partidária no Brasil.

**O SR. LUIZ VIANA** — Nobre Senador, o aparte de V. Ex. tem, realmente, toda a procedência, é oportuno e acho que deve ser ouvido por todos nós e por todos os Partidos, e acredito que isso vá acontecer. Mas acontecerá, sobretudo, porque o Presidente José Sarney, e Sua Excelência tem se revelado de uma rara sabedoria, Sua Excelência tem feito vista grossa a tudo que possa magoá-lo, que possa feri-lo e que possa representar críticas. Sua Excelência, na verdade, não tomou conhecimento de tudo isso. E fez bem. Fez bem, porque, assim, ele serviu ao Brasil, evitou que houvesse separações, que houvesse ressentimentos maiores, que não seriam bons. Podiam não ser bons para ele e para mim, também não seriam bons para o Brasil.

Se ele se mostrasse impaciente com o Deputado Ulysses Guimarães, como o Deputado Pimenta da Veiga, como o Deputado Fernando Lyra, que saiu para fazer a Frente Progressista, mas que era, na realidade — pelo menos no meu entender, não sei se estou certo — muito mais uma Frente de Oposição do que uma Frente Progressista. Porque, se ela fosse progressista, eu diria que todos nós estávamos nela; não haveria ninguém de fora. A dificuldade do Deputado Fernando Lyra seria ouvir aquela enxurrada de gente, de senadores, deputados, vereadores que queriam entrar na Frente. A Frente Progressista é, na minha. Há alguém que não seja, aqui, progressista? Eu não conheço. Pode achar melhor aquela deflagração; outro, aquele meio, mas todos nós somos progressistas. Somos como aquele juiz que, quando interrogado, do Sorel, num dos muitos processos a que ele respondeu, perguntou: Mas afinal, o que é o socialismo? — o processo era porque Sorel era socialista. Ele disse: Socialistas são aqueles que querem a melhoria da vida do povo. Ao que o magistrado, da altura da sua cadeira, lá em Paris, disse: "Então, todos nós somos socialistas".

Todos nós somos progressistas, todos nós queremos aquilo que o Deputado Fernando Lyra pregou, ou prega ou deseja, ao fazer uma frente. Mas, na verdade o progressista, aí, é um rótulo. O que está mesmo no fundo é o espírito de Oposição, de crítica ao Presidente, à política, ao governo José Sarney. Esta é a realidade. Mas pelos fatos, pelos bons fatos do Presidente, pela inteligência com que ele age, tudo isso desapareceu. Hoje, ninguém é mais progressista, ninguém é contra o Governo, ninguém quer fazer frente, pelo contrário, só se faz frente agora para apoiar o Presidente, o que é bom. Não discordo, nem me sinto roubado por isso, não. Eu quero é que essa frente se torne cada vez maior.

Aliás, quem sabe disto bem é o Presidente. Sua Excelência, há pouco tempo, falando ao Jornal do Brasil teve um desabafo. Não vou pensar que o Presidente não é sensível como nós, como cada um de nós, ele é de carne e osso; tem nervos, tem sensibilidade, tem sentimentos. Numa entrevista ao Jornal do Brasil, ele dizia que havia sido criticado por não saber ou não querer decidir as coisas e, depois, porque assumia decisões que eram suas. Quer dizer, era preso por ter cão e preso por não ter cão. Mas, agora, tudo isso passou a ter pouca ou nenhuma importância.

O Presidente é homem que tem por feito — até não sei se dizia por modestia — é homem capaz, sempre, de rever as suas posições as suas atitudes, as suas decisões no momento em que acha que pode melhorar. Sua Excelência leva-me a lembrar conhecido diálogo que houve entre Guizot e Thiers. Thiers voltou-se para Guizot e disse: "Eu, Sr., nunca errou." Guizot, modesto, disse: "Pois eu sou mais feliz, de quando em quando posso reparar e consertar os meus erros." Acho que o Presidente José Sarney está mais inclinado a ser Guizot do que a ser

Thiers. Sua Excelência está pronto a reparar erros, a corrigir providências, ampliar medidas, desde o momento em que sinta que é esse o interesse fundamental, o interesse do Brasil.

É por isso, Sr. Presidente, que ficaria muito feliz se por acaso pudessemos ter na política brasileira a conciliação que faltou em 1930, a conciliação que faltou em 1950, a conciliação que faltou em 1964, a conciliação que faltou mais tarde, em 1982 e por cuja falta, fosse em 30, fosse em 50, fosse em 64, nós bem conhecemos, as conseqüências não foram nada benéficas para o Brasil.

A paz, a tranquilidade é que pode construir o Brasil, esse Brasil novo, dessa política nova. Ele não irá se construir no meio de uma agitação, de um debate político sem trêzegas, sem entranhas, como se diz que os vézegas acontecem. Não, mas irá ocorrer se tivermos a sabedoria, tivermos a inteligência de colocar todos os nossos interesses em segundo plano. E verificaremos que realmente o Presidente José Sarney deu um grande passo. E cito Sua Excelência porque, realmente, é um ato do Presidente; não é um ato de um Ministro nem dos Ministros.

Eu lembraria que Campos Sales foi quem fez a política de 1898, não foi Murinho. Murinhos havia muitos e há muitos. Agora, Campos Sales só houve um. Por isso é que a política, que foi dolorosa, uma política que enfrentou impopularidade, pôde salvar o Brasil da bancarrota que ele estava. Mais tarde, eu diria que ali estava o Dr. Roberto Campos. Sem nenhum dêmérito para S. Ex., pelo contrário, S. Ex. sabe o alto apreço em que o tenho, mas poderia haver outros. E só havia um naquela ocasião, que era o Senhor Presidente Castello Branco.

Sem um Presidente que dê apoio político à economia, às finanças e às diretrizes de um Governo, nenhuma política financeira sobrevive. É esse apoio que o Senhor Presidente José Sarney, estou certo, vai dar ao Plano agora lançado para que ele possa, realmente sobreviver, possa, realmente, ser uma árvore frondosa, que realmente dê aquela sombra, aquele bem-estar que desejamos.

Pouco importa que abaixo dessas sombras haja algumas urtigas, algum mандacaru, alguma erva daninha. Elas vão existir, mas vão ser abafadas pelo povo, pela Nação que está muito cansada de ser escada para alguém. Agora nós é que temos de ser a escada do povo e não o povo ser uma escada para nós. E é isso que vai acontecer graças a coragem, a decisão do Presidente Sarney, que vai dar ao País, realmente, um novo panorama econômico.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

## ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DIRETORA  
Ata da 2ª Reunião Extraordinária  
Realizada em 14 de fevereiro de 1986

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e oitenta e seis, às onze horas, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Fraguelli, Presidente; e com a presença dos Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Primeiro-Vice-Presidente; Enéas Faria, Primeiro-Secretário; João Lobo, Segundo-Secretário; Marcondes Gadelha, Terceiro-Secretário e Alberto Silva, Suplente.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Passos Pôrto, Segundo-Vice-Presidente e Eunice Michiles, Quarto-Secretário.

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário que tratou de assunto relativo à extensão do reajuste de 14,35% (quatorze inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) previsto pelo Decreto-lei nº 2.281, de 17 de janeiro de 1986, dos valores dos subsídios dos Senhores Senadores.

Após amplo debate do assunto, os Senhores Membros resolvem, à unanimidade, aprovar a sugestão apresentada, tendo sido assinado Ato, que vai à publicação.

Ainda com a palavra o Senhor Primeiro-Secretário leva ao conhecimento dos presentes os termos do Ofício nº 024/86-PRES, no qual o Senhor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NO-

VACAP, coloca os serviços daquela empresa à disposição do Senado Federal com o objetivo de executar as obras de construção civil previstas pela Casa.

O assunto é amplamente debatido, tendo a Comissão decidido incumbir o Senhor Primeiro-Secretário e o Diretor-Geral para ultimarem as providências necessárias objetivando a assinatura de Convênio com a referida Companhia para construção do Anexo III, ficando ainda estabelecido que os órgãos competentes do Senado Federal ficarão responsáveis pela supervisão e controle da obra em questão.

Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta minutos o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, pelo que eu, (Lourival Zagonel dos Santos), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata, que depois de assinada pelo Senhor Presidente vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 14 de fevereiro de 1986. — José Fraguelli, Presidente.

COMISSÃO DIRETORA  
Ata da 3ª Reunião Ordinária  
Realizada em 6 de março de 1986

Aos seis dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e seis, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Fraguelli, Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores Passos Pôrto, Segundo-Vice-Presidente; Enéas Faria, Primeiro-Secretário; João Lobo, Segundo-Secretário; Eunice Michiles, Quarto-Secretário; Mário Maia, Suplente; Martins Filho, Suplente e Alberto Silva, Suplente. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Primeiro-Vice-Presidente e Marcondes Gadelha, Terceiro-Secretário.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador José Fraguelli, dá conhecimento à Comissão Diretora de inúmeras consultas de senhores parlamentares quanto ao procedimento da Mesa em referência à presença às sessões plenárias, do Senado Federal e do Congresso. Esclareceu Sua Excelência que será mantida a aplicação do disposto no art. 33, § 3º da Constituição, regulamentado pelo artigo 13 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor João Lobo, que relata as seguintes matérias:

a) — Projeto de Resolução nº 149/80, que acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno da Casa, disciplinando o uso da palavra para novo encaminhamento de votação, quando esta não for concluída por falta de quorum. O Parecer do Relator, contrário à aprovação do Projeto, é aceito pela unanimidade dos presentes e depois de assinado é encaminhado, juntamente com o processado, à Secretaria Geral da Mesa.

b) — Projeto de Resolução nº 37, de 1983, que fixa em 5 (cinco) dias o prazo para comparecimento de Ministro de Estado, convocado pelo Senado para prestar depoimento. O Parecer do Relator é favorável ao Projeto, por entender que valoriza ele a atividade política do Senado Federal no acompanhamento dos negócios públicos. Após o debate é o Parecer aprovado pelos Membros presentes, indo o Projeto à Secretaria Geral da Mesa.

c) — Projeto de Resolução nº 1, de 1984, que altera o artigo 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional. É apresentado, pelo Relator, Parecer favorável à alteração proposta acrescida das emendas, por entender que se procura com elas evitar a ocorrência de protestos em áreas do Congresso Nacional, que possam afetar a ordem interna e os trabalhos parlamentares. Debatido o assunto e aprovado o Parecer por todos os Membros presentes, é o Projeto remetido à Secretaria Geral da Mesa.

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente designa o Senhor Senador Martins Filho para relatar os seguintes Projetos:

a) — Projeto de Resolução nº 01, de 1983, que "dá nova redação ao artigo 137 do Regimento Interno e fixa em 48 (quarenta e oito) horas o prazo para a Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre recurso contra decisão da Presidência".